

**Escrever, imprimir, publicar.
Conceitos a rever no estudo da Ilustração**

RAQUEL BELLO VÁZQUEZ
Universidade de Santiago de Compostela

Este texto insere-se no quadro dos trabalhos desenvolvidos pela equipa de pesquisa sobre o período ilustrado em Portugal e na Galiza que faz parte do grupo de investigação Galabra da Universidade de Santiago de Compostela¹. O nosso método de trabalho está baseado nas teorias sociológicas de campo e sistémicas e na aplicação aos fenómenos culturais de técnicas de análise de redes sociais.

Nom é o nosso objectivo apresentar neste artigo grandes novidades sobre o estado dos projectos desenvolvidos neste momento pela nossa equipa, mas colocar algumas reflexões de tipo teórico-metodológico que tenham surgido depois de vários anos de investigação e que estão sendo de utilidade para a reorientação dos nossos trabalhos. Neste artigo ocuparemos-nos das dificuldades derivadas do facto de a historiografia literária ter-se centrado principalmente no livro como veículo para a produção literária e na necessidade de aprofundar no conhecimento das regras dos campos especificamente para cada período como única forma de perceber os fenómenos culturais.

Os trabalhos da equipa de pesquisa sobre o período ilustrado do grupo de investigação Galabra têm dado já como resultado vários trabalhos académicos de diferentes graus (de TAD's a Teses de Doutoramento²), apresentação de resultados

¹ Esta equipa, parte do grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela, está formada nestes momentos por Elias J. Torres Feijó, Laura Blanco de la Barrera, Lucia Montenegro Pico, Paula Fernández Seoane e Raquel Bello Vázquez. Nos últimos anos têm também feito parte dela, e publicado trabalhos neste âmbito, Antia Cortiças Leira, Eva Loureiro Vilarelhe e Íria Mayer Mayer.

² No âmbito do projecto tem sido lida uma tese de Doutoramento (BELLO VÁZQUEZ, R., *Uma certa ambição de glória. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)* [CD-ROM], Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2005. Trabalho orientado por Elias J. Torres Feijó) e duas Teses de Licenciatura (LOUREIRO VILARELHE, E., *Máximas de virtude e formosura de Teresa Margarida da Silva e Orta:*

em colóquios e congressos internacionais e publicações de diferente tipo (artigos³, capítulos de livro⁴, livros⁵) de âmbito internacional. A primeira linha, iniciada em 1998, visa o estudo dos repertórios ilustrados em Portugal na segunda metade do século XVIII. Num primeiro momento, os nossos trabalhos, embora tomassem como referente as teorias sociológicas e sistémicas ajustavam-se aos padrões convencionais dos estudos literários, e estiveram focados para trajectórias individuais de figuras femininas da Ilustração portuguesa (Teresa de Mello Breyner e Teresa Margarida da Silva e Orta). Na actualidade entendemos que este tipo de tratamento, embora útil para determinadas figuras, nom deve ser o primeiro passo da pesquisa, mas a consequência de um trabalho inicial de mapeamento do campo. É por isto, que os nossos trabalhos mais recentes, centrados na introdução, promoção e difusão de

revisom crítica e linhas de pesquisa, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2003. Trabalho orientado por Elias J. Torres Feijó; e BELLO VÁZQUEZ, R., *Mulher, nobre, ilustrada dramaturga. Teresa de Mello Breyner no campo literário português (1788-1795)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2001. Trabalho orientado por Elias J. Torres Feijó). Sem entrar em pormenor quanto aos outros trabalhos, citaremos unicamente o último Trabalho de Investigação Tutelado apresentado, o de Paula FERNÁNDEZ SEOANE: *Deseño da investigación sobre a Universidade de Santiago de Compostela e o seu papel como via de introdución de novos repertorios no século XVIII (1723-1748)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2007. Trabalho orientado por Elias J. Torres Feijó.

³ BELLO VÁZQUEZ, R., «As versons ilustradas de *Osmia*. Dous modelos de mulher, duas propostas sociais de classe», em *Quadrant*, 22 (2005), pp. 87-99; Ídem, «Lisbon and Vienna: the correspondence of the Countess of Vimieiro and his circle», em *Portuguese Studies*, 20 (2004), pp. 89-107; TORRES FEIJÓ, E., «‘Ad maiorem gloriam feminae’: enlightened women and the introduction of models in Portugal during the second half of the eighteenth century», em *Portuguese Studies*, 20 (2004).

⁴ BELLO VÁZQUEZ, R., «Luz no ângulo obscuro da cultura: revisom sistémica da historiografia literária», em MOREIRA, Maria Eunice - CAIRO, Luiz Roberto Velloso (eds.), *Questões de crítica e de historiografia literária*, Porto Alegre, Nova Prova, 2006, pp. 193-200; Ídem, «Privacidade e publicidade: a correspondência pessoal como forma de intervençom nos campos intelectual e do poder», em ANASTÁCIO, V. (ed.), *Correspondência (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 71-83; Ídem, «Dá umha risada quando ouvires: transgressão e ocultamento em Teresa de Mello Breyner», em TOSCANO, Ana Maria da Costa - GODSLAND, Shelley (eds.), *Mulheres más. Percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2004, vol. 1, pp. 159-175; CORTIÇAS LEIRA, A., «A correspondência como meio de difusom do cânone: o caso de Metástasio e Gluck no epistolário Vimieiro-Oeyenhausen», em ANASTÁCIO, *op. cit.*, pp. 89-102; LOUREIRO VILARELHE, E., «A penitência de uma transgressão: o processo à autoria de *Máximas de virtude e formosura* de Teresa Margarida da Silva e Orta», em TOSCANO - GODSLAND, *op. cit.*, vol. 1, pp. 243-254; Ídem, «O género epistolar na prosa doutrinal: o caso de *Máximas de Virtude e Formosura*», em ANASTÁCIO, *op. cit.*, pp. 255-268; TORRES FEIJÓ, E., «Cartas públicas, cartas polemistas: As cartas apologéticas de Gertrudes Margarida de Jesus», em ANASTÁCIO, *op. cit.*, pp. 223-254; Ídem, «Ad maiorem gloriam... feminae: Ilustradas introduzindo modelos no Portugal da segunda metade do século XVIII», em TOSCANO - GODSLAND, *op. cit.*, vol. 1, pp. 193-212.

⁵ ANASTÁCIO, V., *Cartas de Lília e Tirse*, Lisboa, Colibri, 2007. Estudos introdutórios e notas de Raquel BELLO VÁZQUEZ, Teresa de Sousa ALMEIDA e Vanda ANASTÁCIO; BELLO VÁZQUEZ, R., *A Condessa do Vimieiro*, Lisboa, Ela por Ela, 2006; Ídem, *Mulher, nobre, ilustrada, dramaturga. Osmia de Teresa de Mello Breyner no campo literário português (1788-1795)*, Bertamirás (A Corunha), Laivento, 2005.

repertórios ilustrados na Galiza, se apoiam metodologicamente, como complemento e continuação das nossas primeiras referências, na Análise de Redes, focando já nom os agentes do campo como figuras individuais, mas o mapeamento das relações entre os diferentes elementos presentes no campo.

Mas a metodologia escolhida, como algum dos membros do grupo Galabra tem já expressado nos seus trabalhos⁶, nom é umha moldura em que encaixar a nossa pesquisa, mas um referente ou um guia que, antes de mais, deve ser útil para averiguar como os campos funcionam e como se produzem os processos sociais, dos quais a literatura nom é mais do que um outro elemento. No processo de repensar nom apenas a nossa metodologia, mas também as funções que deve ter a nossa pesquisa e a utilidade dos nossos estudos, muitas reflexons tenhem surgido nos últimos tempos, que, devo indicar, nom som produto das individualidades que constituem a equipa de investigação sobre o período ilustrado, mas de um processo de trabalho colectivo do conjunto do grupo. O objecto deste trabalho, nom será, portanto, a apresentação das novidades da nossas pesquisas mais recentes, mas a exposição de algumas destas reflexons, particularmente daquelas derivadas dos problemas específicos vinculados com o estudo do período ilustrado.

O século XVIII nom é um período especialmente complexo se o compararmos com outros bem mais antigos nos quais, a pesar de todo, a aplicação de metodologias sistémicas ou a Análise de Redes⁷, tem sido testada, mas o estudo de períodos recuados coloca em todos os casos particularidades que nom sempre som contempladas polas metodologias escolhidas, derivadas em muitas ocasiões de estudos de períodos contemporâneos ou bem contemplando dinâmicas próprias da modernidade. Isto, no entanto, nom deve supor em princípio um problema para o ensaio noutros períodos, entendendo que fazemos estudos de caso em que testamos a utilidade e a validade das teorias.

Para o estudo de qualquer período (e especialmente quando constatamos que a doxa⁸ é diferente da vigorante no momento em que a investigação é feita), o primeiro passo de umha boa pesquisa é o que podemos chamar *processo de documentação*. Entendemos por documentação o processo de pesquisa polo qual nos informamos de

⁶ Por exemplo, LÓPEZ-IGLÉSIAS SAMARTIM, R., *A dona do tempo antigo. Mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1557)*, Santiago de Compostela, Laiovento, 2003, p. 19.

⁷ Para umha achega similar e de um período algo mais recuado que o nosso remetemos para os trabalhos sobre o Renascimento florentino do professor John F. Padgett, da Chicago University (<http://home.uchicago.edu/~jpadgett/>).

⁸ Pierre Bourdieu define este conceito como «une orthodoxie, une vision droite, dominante, que ne s'est imposée qu'au terme de luttes contre des visions concurrentes; et que l'«attitude naturelle» dont parlent les phénoménologues, c'est-à-dire l'expérience première du monde du sens commun, est un rapport politiquement construit, comme les catégories de perception que la rendent possible». BOURDIEU, P., *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, pp. 128-129.

todos os elementos que conformam a *doxa* e que, portanto, definem e explicam os diferentes elementos em luta nos campos, e as posições e as funções de cada um dos agentes envolvidos.

Bem pelo contrário, a Historiografia Literária tem-se esforçado nos seus aproximadamente 150 anos de existência em construir universais válidos para todas as épocas e para todos os lugares, impondo modelos só consolidados a partir dos meados do século XIX. Repare-se em que isto afecta à própria definição da disciplina e do seu objecto de estudo, porque se repararmos nas diferentes definições de Literatura existentes em cada período, ou até na cronologia dos significados da própria palavra *literatura*, resultará óbvio que o conceito de História da Literatura é dificilmente definível. Mas isto levaria-nos a umha reflexom sobre qual é o objecto de estudo da Historiografia Literária, que deverá ser objecto de um trabalho específico⁹.

Quanto ao que se prende com os nossos objectivos neste texto, os modelos fixados pola História da Literatura respondem a um sistema literário conformado por umha série de agentes com funções bem definidas: o autor público e mais ou menos profissionalizado, a crítica veiculada preferencialmente através da imprensa, umha indústria editorial forte e com capacidade de selecçom dos textos e, em geral, com o texto impresso, bem em forma de livro, bem publicado na imprensa, como suporte único para a produçom literária¹⁰.

Isto, como é lógico, nom quer dizer que as histórias da literatura pretendam fazer-nos acreditar que todos os produtos literários estudados fõrom publicados em forma de livro (isto resultaria absurdo, por exemplo, para períodos prévios à invençom da imprensa), mas que na exposiçom dos assuntos, na selecçom dos produtores e dos produtos e até no acesso que actualmente temos a estes produtos, se produz um simulacro que nos leva a perceber toda a produçom literária como umha produçom livresca ou, ao menos, a fazer equivaler conceitos como a divulgaçom, a impressom e a publicaçom, que tenhem particularidades bem importantes para a percepçom das diferentes posiçons e funções dos agentes do campo.

E isto liga-se, precisamente, ao dito acima sobre o processo de documentaçom. Se quigermos fazer estudos rigorosos, antes de mais, deveremos desconstruir o que pensamos que sabemos sobre a história da cultura, avaliar se aquilo que damos por sentado é verdadeiramente aplicável ao período ou ao fenómeno que vamos estudar,

⁹ Para mais pormenor sobre este assunto, remetemos para o nosso artigo «A História da Literatura e algumas novas técnicas de estudo. A autonomia da disciplina em causa», aceite pola revista *Veredas* para ser publicado no número 10, ainda no prelo.

¹⁰ Poderá-se contra-argumentar que a literatura oral tem recebido atençom por parte da historiografia, mas revisando qualquer manual de história das diferentes literaturas europeias, por exemplo, veremos que a posiçom deste tipo de produçom é absolutamente marginal e, em casos como o galego, o seu estudo é condicionado pola necessidade de preencher espaços vagos em períodos sem produçom escrita.

e, de entre todas as informações que podemos apreender na fase de documentação, diferenciar quais som *contexto* –no pior sentido da palavra, ou seja, quadro ou pano de fundo– e quais som aquelas que deitam luz sobre o nosso objecto de estudo.

Esta introduçom pode parecer óbvia e desnecessária, mas o facto é que a nossa experiência nos di que numha percentagem extraordinariamente elevada da bibliografia existente sobre o período ilustrado o que está a ser aplicado som elementos de análise baseados nas vivências do mundo que o investigador ou a investigadora tem. Para explicar melhor isto, colocaremos um exemplo. Como indicamos acima, os primeiros trabalhos que a nossa equipa realizou fõrom focados sobre duas figuras femininas, Teresa de Mello Breyner e Teresa Margarida da Silva e Orta. O estudo destas duas trajectórias levou-nos ao contacto com a bibliografia específica sobre produçom feminina e, em geral, sobre aquela que estudava a posiçom ocupada polas mulheres das diferentes classes sociais no período em causa. Pois bem, desta bibliografia desprendia-se a ideia de que as mulheres tinham ocupado umha posiçom nom apenas subalterna, mas completamente marginal e alheia tanto aos espaços de produçom cultural como aos espaços de poder. Formulado assim, muitos de nós provavelmente consideraríamos isto umha verdade inegável, umha evidência histórica. Mas acontece que se pomos de parte a bibliografia por um tempo e nos debruçamos sobre a documentação conservada, a realidade que encontremos pode ser algo diferente. É verdade que as mulheres deste período, até legalmente, viviam numha posiçom de dependência a respeito dos elementos masculinos da sua família, mas podemos encontrar espaços para a sua actuaçom tanto no campo da cultura como no campo do poder, e nom nos estamos a referir em modo nengum a figuras transgressoras, mas a mulheres que ocupavam posiçons sociais que nom lhes permitiam desafiar as normas estabelecidas porque arriscavam muito com cada umha das suas actuaçons e que, portanto, actuavam sempre dentro dos limites da legitimidade. Dentro do âmbito do nosso estudo, e a modo de exemplo, temos dous casos que nos parecem significativos e paradigmáticos quanto à aceitaçom social destas práticas levadas a cabo por mulheres.

O primeiro é o de Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, que pouco depois de ser liberada do seu cativeiro de Chelas no momento em que a Rainha D. Maria I de Portugal ascende ao trono, casa com um diplomata austríaco, o Conde de Oyenhausen, para o qual pretende conseguir um bom posto político. Nas suas memórias, a Condessa relata com normalidade as suas negociaçons dentro da Corte, para conseguir que a embaixada portuguesa em Viena seja concedida ao seu marido¹¹. Das palavras de

¹¹ «As Princesas mesmas me facilitaram uma ocasião de poder encontrar a Rainha só. Aproveitei logo dela e disse a sua Majestade, que, vistos os dissabores que o Conde de Oyenhausen tinha experimentado na província, eu não podia deixar de lembrar-lhe que era debaixo da sua protecção que se tinha

Leonor de Almeida deduz-se, em primeiro lugar, que a sua intervenção não é vista como excepcional por nenhum dos agentes implicados na negociação, e que, em segundo lugar, não é ela a única mulher com capacidade para inclinar a decisão da Rainha, porque também são aludidas como figuras fundamentais da negociação as Princesas (irmãs da Rainha), as açaafatas, que procuram e transmitem informação, a Camareira-Mór da Rainha-Mai, que facilita o encontro no seu gabinete com determinadas pessoas e dá as chaves *formais* necessárias para actuar, e, finalmente, a própria Rainha-Mai e outras «amigas» aludidas.

Em qualquer caso, todas estas mulheres são aceites como interlocutoras válidas para negociarem a concessão de um lugar tão importante para a representação de Portugal no exterior como é a embaixada em Viena da Áustria, uma das cortes mais poderosas e que funcionava, sem dúvida, como um dos modelos mais prestigiados em toda a Europa. Os motivos principais que são tidos em conta para esta designação,

feito o meu casamento e que mais que nunca, precisava que sua Majestade verificasse as esperanças que tão justamente tínhamos concebido e as suas promessas augustas tinham autorizado ...

Apareceu o famoso Arcebispo de Tessalónica ... as Açaafatas lançaram-se todas a ele para que me falasse, e ele, marrando com tudo e com todos, apenas me disse que já tinha falado com meu Marido, que não tinha que me dizer, que fossem lá fava e que a Rainha estava esperando por ele para rezar. ... A escassez das casas em Salvaterra obrigava-me a dormir no Paço em casa da Camareira-Mor da Rainha mãe, que era minha Amiga ... O seu quarto era o rendez-vous da boa companhia, circunstância que me facilitou, dentro em dois ou três dias, o conhecimento daquele terreno, da linguagem necessária nele e dos indivíduos de que se compunha a casa de Sua Majestade ...

Resolveu-se S. Ex.^a [o Arcebispo de Tessalónica] a falar em Negócios ... Nesta conversação ganhei tanto terreno...! ... Soube pelas açaafatas, depois, que ele me não tinha falado menos claro que a Sua Majestade, e que a Rainha, cuja bondade aproveitava todas ocasiões de manifestar-se, mostrou grande desejo de me favorecer e fez várias expressões honrosas a respeito dos talentos e merecimentos do Conde. O efeito de tudo isto foi maravilhoso ... O Conde foi beijar a mão à Rainha, que o tratou muito bem, e eu fui continuando a minha assistência no Paço, donde me propus não sair, sem arrancar meu Marido à situação penosa em que se achava. As Princesas, que constantemente me fizeram muita honra, contribuíram muito a benquistar-me com a Rainha e dispuseram a Rainha mãe a favorecer todas as minhas pretensões ...

Todas as minhas amigas e a Princesa faziam força para que o Conde entrasse na Carreira Diplomática ... Resolvi-me a falar ao Visconde, assentando de fazer o contrário do que ele me dissesse. Fez-me muitos cumprimentos, mostrou-me grande desejo de me servir, disse-me que a embaixada de Espanha ainda não estava dada, nem por consequência vago o lugar de Viena e que me pedia encarecidamente que naquela noite não falasse eu à Rainha. ... Fui imediatamente falar com uma das minhas amigas, a qual me comunicou que, tendo tido a resolução de perguntar a S. M. se meu Marido seria nomeado para algum dos lugares, S. M. respondeu que eu ainda não tinha pedido nenhum ... Fui imediatamente esperar a Rainha ao quarto de sua Mãe e pedir-lhe o lugar. ... O Conde foi nomeado para Viena no dia 15 de Fevereiro». Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivos Particulares, Casa Fronteira, Família Almeida, doc. 170, apud CIDADE, H., *Marquesa de Alorna. Inéditos: Cartas e outros Escritos*, Lisboa, Sá da Costa, 1941, pp. 59-72. Acessível também através do site *O Portal da História* (http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/alorna_1780.html).

como vemos nas palavras da Condessa de Oyenhausen, nom som tanto as habilitaçõs ou aptidõs do Conde como a rede de relaçõs e a maior ou menor proximidade da Condessa e dos seus amigos respeito da Rainha e do confessor desta.

Um outro caso que nos parece exemplar é o de Teresa de Mello Breyner. Além de ser a responsável da economia das mulheres da família Alorna e de negociar ao longo dos anos as diversas mercês que conseguem ou aspiram a conseguir durante o seu cativeiro em Chelas¹², passados os anos encontramos novamente a Condessa como encarregada de atender os negócios do seu marido e como representante deste na Corte¹³. Temos, finalmente, indícios em diferentes cartas de que toda a família, incluídas as mulheres, quem negoceia na Corte (com vistas a umha possível aliança matrimonial entre Maria de Almeida e um dos irmaos Mello Breyner que nunca se chegou a realizar) a concessom do título de Condes de Ficalho (finalmente conseguido) e a conseguinte grandeza que este levava aparelhada¹⁴. E umha negociação similar levase a cabo ainda para decidir a viagem da Senhora de Ficalho à Espanha acompanhando a Rainha-Mai¹⁵. Recorrendo a outras fontes, neste caso ao Marquês de Bombelles (que foi embaixador de França em Portugal na década de oitenta do século XVIII, ainda podemos encontrar Vimieiro intervindo ante Pombal nos assuntos da Condessa de Oyenhausen¹⁶.

¹² Colocamos como exemplo disto alguns trechos tirados da sua conrrespondência com Leonor de Almeida durante esses anos: «Eu não ceço nas delig.^{cias} por te ser util, e por conseguir que tenhas 150\$ por mez» («Vimr.^o 11 de Março de 1774») ou «vão as contas que tua May quer ver: não são contas que eu faça examinar por otre; mas podem levar erro, e conta errada, não val nada examinem a m.^{to} bem e depois façaõ o que quizerem. Se lhe ficar conta a paga [sic] pelas mezadas podem mandar entregar 2400 cada [f. 1] mez ao P.^o Fran.^{co} Jozé Freyre da Congregaçaõ dizendo que eu lho mando, e o resto como he despeza p.^a o anno que entra pagarse ha no de 74. Isto he dado o cazo de tua May querer absolutam^{te} não dever coiza alguma a esta cap.^{ta}, porq como ja disse e mil vezes [o direi] tu sabes qual seria o meo gozto» («Estremoz 27 de Dezembro de 1772»). IAN-TT, CasaFronteira Alorna, n^o 223.

¹³ «Não presto ja p.^a nada m.^a Leonor nem da m.^a pena sahe ja otra coiza senaõ o Conde de Vimr.^o representa a V. Mag. de &r.^a, espera o Conde de Vimr.^o que V. Mag.^{de} lhe faça justissa &r.^a» («Lisboa 20 de Agosto de 1782»). IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, n^o 222.

¹⁴ «Só por amor de ti, se insta por um titulo, de q *nós* sempre zombamos; quando não olhavamos p.^a um objecto taõ digno de se lhe sacrificar tudo, ou fossem caprichos, ou anthoziasmos [sic], ou sentim.^{tos} da antiguid.^e Portugueza. Se se pode crer ao q dizem os que governaõ este requerim.^{to} tem contradicoens; mas *nós* que negociamos sem q elles saibaõ como temos as mais bem fundadas esperanças de o conseguir» («1.^o d'Ag.^o [de 1777]»). Itálicos nossos. IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, n^o 222.

¹⁵ «Eu estou m.^{or} mas com a semsaboria de ver partir m.^a May dentro de pocos dias p.^a Espanha, com a Raynha May, que ontem lhe perguntou se a queria acompanhar, e lhe fez m.^{tas} expreçoens do gosto que tinha de q ella se sugestasse a fazerlhe companhia, esta novid.^e repentina p.^a o publico e tratada ha seis mezes entre as duas familias tem dado occaziaõ a m.^{tas} mentiras» («5 a meia noite»). IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, n^o 224.

¹⁶ KANN, R. (ed.), *Marquis de Bombelles. Journal d'un ambassadeur de France au Portugal (1786-1788)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979, pp. 210-211.

Ainda faltando umha investigação rigorosa, exaustiva e bem documentada do papel das damas do Paço no campo do poder, podemos colocar a hipótese, perfeitamente verificada no caso que nos ocupa, de que boa parte do trabalho de representação e negociação de vantagens e mercês dentro do âmbito da Corte era realizado polas mulheres da primeira nobreza, o qual desmente a tradicional posição da historiografia que tem ignorado, apesar de existirem indícios suficientes para a colocação desta hipótese, o papel das damas, reduzindo-as a umha imagem de inactividade e passividade que, parece evidente, nom se corresponde com a realidade, se nom em todos os casos (extremo que nom podemos verificar), ao menos em determinadas casas.

Parece, no entanto, que a dificuldade para as mulheres nom estava em desempenhar determinados postos de poder, mas em fazer ostentação pública destes. Com isto queremos indicar que a modéstia continuava a ser umha das principais «virtudes» que se esperavam das mulheres, o que nom implicava necessariamente que nom tivessem um papel na sociedade de Corte, mas que a sua função era reconhecida através da designação dos seus maridos e irmaos para postos socialmente prestigiosos, como vemos nos exemplos citados acima. Este tipo de estratégia relaciona-se, por umha parte, com o lugar ocupado polas mulheres na sociedade setecentista, mas também com a política *de casa*, que implica que o trabalho na Corte nom era levado a cabo (ou nom só) procurando satisfações individuais, mas em benefício do progresso da casa à qual se representa.

Isto coloca-nos perante umha perspectiva até certo ponto inédita, que é a da capacidade das mulheres da nobreza nom apenas para herdarem títulos e conservarem desta forma o *status* da sua casa, mas até a de fazerem progredir a sua casa de origem ou de destino. Esta capacidade nom era ocultada nem supunha nengumha transgressão, pois era sancionada e legitimada polo Rei, que concedia títulos, mercês de vários tipos ou elevava determinadas casas à grandeza em função dos ofícios das damas ou em pago por eles. Com isto, queremos chamar a atenção para o facto de que, da mesma maneira que no campo literário ou intelectual nom tem sido suficientemente estudado o papel das mulheres que objectivamente tinham desempenhado funções de relevo, no campo do poder também nom se tem dado a atenção necessária, do nosso ponto de vista, às possibilidades de actuação das damas do Paço, prejudgando umha posição subalterna e irrelevante deduzida da sua escassa visibilidade. Mas nom seria aventurado afirmar que esta falta de visibilidade social conscientemente procurada nom tem necessariamente relação com as possibilidades de actuação nem com a aceitação por parte do entorno da Corte da intervenção das mulheres. Bem ao contrário, entendemos que nom existia nengum impedimento para as damas exercerem as suas influências em favor de si mesmas ou (particularmente) das suas casas, mas, unicamente para que estas actividades fossem sancionadas com empregos públicos específicos, fora do genérico «dama do Paço» ou «dama da Rainha». Num exemplo claro de

violência simbólica¹⁷, as mulheres, mesmo aquelas que podiam adoptar noutros campos discursos até certo ponto radicais em relação com a igualdade entre homens e mulheres, aceitavam esta situação sem conflito aparente.

Em qualquer caso, isto nom deveria ser umha revelação surpreendente, porque na década de 30, o conhecido sociólogo alemão Norbert Elias já afirmou que as mulheres nunca tiveram tanto poder como no Antigo Regime¹⁸, precisamente pola própria estrutura de governação que se misturava e superpunha com a estrutura familiar. Isto deixava espaços de actuação para as mulheres que ficaram fechados quando a sociedade liberal se imponha no século XIX. Esta exigirá aos membros do governo possuir títulos universitários, apresentar-se a eleições e integrar parlamentos e sabemos que isto, durante muitas décadas, será interdito às mulheres.

E como se vincula esta demorada explicação com o assunto deste artigo? Só conhecendo o funcionamento das estratégias de casa das famílias nobres, as suas políticas matrimoniais, o tipo de formação que as mulheres da nobreza tinham, a sua função dentro da casa e da família, etc., poderemos interpretar as tomadas de posição aqui colocadas como exemplo.

Do mesmo modo, no campo das letras deveremos conhecer as diferentes vias existentes para a difusão de repertórios, para a difusão de textos (o que nom é equivalente), as funções do texto impresso e do texto manuscrito, as funções de cada género, etc. Os ilustrados, independentemente da sua filiação monárquica ou republicana, aristocrata ou burguesa, alicerçam as suas intervenções (incluída a sua produção literária) na fabricação de um repertório que vai desde a proposta de novos modelos de Estado até a pormenorização de comportamentos sociais ou de maneiras de escrever cada género literário. Estes modelos som difundidos através de salons e tertúlias, da correspondência, das numerosas obras de divulgação que se publicam nesta altura, dos jornais, e, por suposto, através dos produtos de ficção, tanto do romance como sobretudo, no caso português, do teatro.

¹⁷ Em relação com o consentimento da dominação masculina por parte das mulheres, afirma Pierre Bourdieu («Observações sobre a história das mulheres», em DUBY, G. - PERROT, M. (coords.), *As mulheres e a história*, Lisboa, D. Quixote, 1995, p. 58): «A relação de dominação, neste caso, exerce-se essencialmente através da violência simbólica, quer dizer, através da imposição de princípios de visão e de divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino». E, ainda, em *La noblesse d'État* (BOURDIEU, P., *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Éditions du Minuit, 1989, p. 10) podemos ler: «on ne peut comprendre la violence symbolique de ce que l'on a désigné hâtivement comme des «appareils idéologiques d'État», qu'à condition d'analyser dans le détail la relation entre les caractéristiques objectives des organisations qui l'exercent et les dispositions socialement constituées des agents sur lesquels elle s'exerce. Le miracle de l'efficacité symbolique s'abolit si l'on voit que cette véritable action magique d'influence ou, le mot n'est pas trop fort, de *possession*, ne réussit que pour autant que celui qui la subit contribue à son efficacité; qu'elle ne le contraint que dans la mesure où il est prédisposé par un apprentissage préalable à la reconnaître». Itálicos no original.

¹⁸ ELIAS, N., *Die höfische Gesellschaft*, Darmstadt, Herman Luchterhand Verlag GmbH u. Co Kg., 1981. Trad. espanhola: México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 260.

Isto coloca já um primeiro assunto importante: se decidirmos estudar as vias de difusão de repertórios e nome apenas um canal (o texto literário publicado) deveremos dar atenção a todos os aspectos citados, o que nos obriga a precisar os significados dos três verbos que incluímos no título deste texto e que em muitas ocasiões são utilizados como sinónimos. Para o caso português, como é bem sabido, as duas referências fundamentais para este período são o *Vocabulário* de Raphael Bluteau¹⁹ e o *Dicionário* do mesmo autor reformado por Moraes da Silva em 1789²⁰. Na década de 20, Bluteau define *escrever*, em primeiro lugar, como:

«formar com apenna [sic] caracteres, [que] são retratos do pensamento, & da falla. Franc[isco] Rodrig[ues] Lobo, no seu livro, intitulado, Corte na Aldea, pag. 20 diz com mais ampla definição, *O Escrever* não he outra cousa, mais que suprir com hum instrumento por meyo das Artes, & das maõs, o que com a voz se não pode exprimir, & alcançar com os ouvidos, ou por distância de lugar, como quem escreve aos auzentes, ou por discurso de tempo, como quem escreve para os vindouros.»

Depois de uma grande quantidade de acepções mais particulares, relativas tanto aos agentes como aos instrumentos da escrita, só no fim Bluteau inclui uma outra que nos interessa particularmente: «Escrever. Compor» (vol. 3, pp. 225-226), colocando aqui exemplos de escrita literária. Na edição de 1789, no entanto, vemos que esta acepção ganha protagonismo numa definição que é formulada da seguinte forma: «fomar os caracteres com que representamos as palavras. § Compor alguma obra, como poema, discurso, historia, &c.» (vol. 1, p. 536).

Quanto ao termo *imprimir* no *Vocabulário* encontramos uma definição que só no fim se ocupa da impressão de livros, priorizando outros sentidos do verbo:

«Deixar a figura de huma cousa representada em outra, capaz de a receber ... Imprimir, tambem se diz no sentido figurado de cousas moraes, & espirituaes. Imprimir huma cousa no animo. ... Imprimir hum livro (fallando no impressor, que o mette na imprensa) ... Imprimir hum livro (fallando no Author, que o dá á luz)» (vol. 4, pp. 78-79).

Na reformulação de 1789, no entanto, a impressão de livros ganha novamente terreno:

¹⁹ BLUTEAU, R., *Vocabulario portuguez & latino: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*, Coimbra, no Colegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721-1728, 8 vol. e 2 suplementos.

²⁰ BLUTEAU, R., *Dicionario composto pelo Padre Raphael Bluteau: reformado e acrescentado por Antonio Moraes da Silva*, Lisboa, na officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, 2 vol.

«Deixar representar, e impressa [sic] alguma figura em materia capaz de a receber, e conservar v. g., *imprimir em cera huma cabeça de Newton ... Imprimir um livro*, representar em letra de forma, o que nelle estava escrito de mão, estampar» (vol. 1, p. 701).

Como se pode observar, a impressom de livros, que no *Vocabulário* aparecia só como introduçom a exemplos, merece no *Dicionario* umha verdadeira definiçom, mas repare-se também em que essa definiçom nom considera a impressom impescindível para a existência do livro, mas umha possível versom.

Finalmente, esta ideia está mais clara nas definiçoms do termo *publicar*. Para Bluteau é «Fazer alguma cousa publica com prégaçãõ, ou trombete ... Publicar cartazes ... Publicar alguma cousa. Fazella notoria a todos ... Publicar que ha de haver jogos ... Publicar ferias nos Tribunaes». Só no termo «publicaçãõ» é que encontramos umha breve e pouco concreta referênciã aos livros: «publicaçãõ de livros. *Editio, -onis*» (vol. 4, p. 817). Na versom de Moraes, estas referênciã nom som muito maiores, embora dêm importante informaçom para o nosso estudo:

«fazer público, e manifesto a todos por meio de pregão, leitura em lugar público; por meio de noticia vocal ou impressa v. g., publicar jogos, ferias, huma lei, huma noticia, hum segredo. § Publicar escritos impressos, ou de mão» (vol. 2, p. 262).

Em definitivo, o que se desprende destas definiçoms e acepçoms é, por um lado, que qualquer um dos três vocábulos que associamos com a actividade literária tenhem no século XVIII umha dimensom muito mais ampla e que nom prioriza os significados referidos ao campo das letras, embora podamos apreciar que a importância destes últimos vai ganhando espaço nas quase seis décadas que decorrem entre as duas ediçoms do *Vocabulário*. Por outro lado, vemos que tanto a escrita literária como a publicaçom som contempladas como possíveis tanto em manuscrito como em impresso, e que este último é considerado como umha simples hipótese ou versom do *livro*, ou da produçom literária. Como consequência desta visom, vamos encontrar neste período, umha enorme quantidade de agentes do campo que produzem um grande volume de textos escritos, textos que nuns casos publicam e noutros nom, e de entre os textos publicados, só alguns som impressos.

Voltando a um exemplo particular. Apesar da importância da vulgarizaçom para os ilustrados e, particularmente, para a ilustrada Condessa do Vimieiro, sabemos através das suas reiteradas negativas a publicar e da adopçom de uma estratégia de ocultaçom (que nom só applicava no seu caso, mas que recomendava a outras mulheres do seu entorno) que a levava mesmo a extremar as medidas para evitar que as cartas se perdessem e os textos que as acompanhavam fossem parar a maos a que nom estavam destinados. A reiteraçom das advertências para a utilizaçom de canais segu-

ros para o envio da correspondência e o facto de endereçar as cartas para outras pessoas evidenciam que a possibilidade de que as suas produções fossem lidas fora do seu grupo era vista como algo indesejável, e as indiscrições de determinadas pessoas a esse respeito como autênticas traições.

Fôrom muitos os textos que a Condessa escreveu, igual que acontece no caso da sua amiga a Marquesa de Alorna. A aparente contradição entre o posicionamento ideológico de Mello Breyner, o lugar ocupado na Corte, no cenário político e cultural do último terço do século XVIII, e a sua vontade de ocultação responde a umha decisom estratégica de criar umha determinada imagem pública. A Condessa está convicta, porque assim o explicita, da sua formação superior e das suas capacidades para elaborar umha tradução do *Telemaque* que sirva como produto *útil* para a educação, mas pom de relevo que a negativa a editar ou divulgar outros textos provém da sua necessidade de viver na Corte, o que implica a necessidade de submeter-se à concorrência com outros elementos polo favor do Rei, do qual dependiam os benefícios e privilégios da nobreza.

Ao dito devemos acrescentar ainda a hierarquizaçom entre géneros literários: a possibilidade de publicar só se coloca quando se trata de textos de tipo doutrinal ou pedagógico como pode ser a tradução de Fénelon, ou de textos pertencentes aos géneros de maior prestígio, como o teatro, entendendo que a publicação de uns simples poemas dedicados à sua amiga nom justificam a possível exposiçom pública. Esta estratégia fai-se evidente em numerosas cartas²¹.

Para entender esta vontade de ocultaçom, nom podemos perder de vista, ao lado do já dito em relaçom à conservaçom de umha boa imagem e um bom lugar na Corte, o elitismo que condiciona a maior parte das intervenções da Condessa de

²¹ «A patria nada depende dos meos escritos, menos ainda dos meos versos: estes, se tem algum merecim.^{lo}, he só quando conseguem imitar o estilo de algum bom mestre. O meo dizignio em forjalos, he provar se entendo as mudas liçoens, que os bos poetas me dão nos seos; numa palavra, eu q' necesito d'instruirme, naõ sou capaz de instroir» («Estremoz 22 de Outubro de 1770»). IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, n.º 222.

«Eu naõ digo, que a *inveja* ha de ser mais poderosa, que a razão: eu devo obrar bem ainda que a emulaçãõ sofra mal; porem a prudencia he o sal das virtudes. Dizistir da aplicaçãõ porq' ha quem zomba, de que me aplique, fora locura; nesse caso riome de q.^m se ri e fico paga. Mas ostentar esses tais, quais tu tens, com q' a aplicaçãõ me enriquece, sem que p.^a isso haja mais fim, que o de buscar o meo louvor, naõ, q' a Grande Madame d'Assier, quando ouve de assignar o seu nome entre os de m.^{tos} omens doctos do seo seculo; devendo, como elles, juntarlhe huma sentença, escreveo esta creio q' de Sofocles *o silencio he o ornato das mulheres*» («Me encanta a condescendencia com q me prometes»).

«Para escrever p.^a o Publico, he percizo, q' o Publico, se utilize do que se escreve; e quando assim se conseguir, direy como o gr.^{de} *Fenelon* citado pelo meo incomparavel *Caraccioli* = *L'estime d'un seul homme de bien, me venge sur abondamment de la haine, ou du me pres des libertins, et des muchans*».

Vimieiro no campo²². Para evitar qualquer tentativa por parte do que considera pessoas de condiçom inferior de desprestigiar a reputaçom das senhoras da nobreza, é proposta a adopçom de umha complexa estratégia de ocultaçom baseada, precisamente, na criaçom de umha imagem pública alicerçada no princípio de modéstia e silêncio²³.

O objectivo último da ocultaçom e da ostentaçom de modéstia é a acumulaçom de capital simbólico em funçom da origem social e da adopçom de normas estritas de comportamento, que neutralizem qualquer intento procedente de pessoas de inferior classe social (nem se pom em questom que as filtraçoms de textos podam proceder de pessoas da primeira nobreza) por desprestigiar o *bom nome* da dama em questom. Falamos em «desprestígio» porque o estrito código de conduta exigido às mulheres convertia qualquer indiscriçom em um motivo de censura. Num sentido mui similar, Mónica Bolufer, no seu excelente estudo *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminidad en la España del siglo XVIII*, alude às críticas que sofria, através da imprensa, a mulher instruída, denominada em Espanha como «bachillera» o «doctora»²⁴. Bolufer refere-se particularmente às críticas que as mulheres recebiam pola assunçom de que os seus conhecimentos procediam de obras de divulgaçom. No caso das mulheres da nobreza, temos constatado que as suas fontes som de primeira mao, nom compêndios, mas muitas das críticas incidiam neste aspecto, tentando desvirtuar um conhecimento que nom vinha sancionado por nengumha instituiçom académica legítima. Tal e como a investigadora valenciana interpreta, a crítica residia no facto de estas mulheres

²² «Algum dia o sagrado das peçoas era hum fortissimo escudo contra estes golpes; oje, depois q se perdeu o *respeito ás Divind.*^{es}, nada ha siguro. Contra as imposturas ninguem se pode accautellar, mas pode evitar as aparencias, que as confirmam. Naõ se pode embarçar, q hum omem de inferior condiçom tire d'alibr.^a hum soneto, e que to atribua; mas se tu fizeres estabelescer a doutrina de q naõ confias os teos versos, e os fizeras caros, com huma especie de escrupulo, naõ se hade crer o impostor» («Estremoz 31 de Janrº de 1771»). IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, nº 222.

²³ «Alem de q eu me persuado he discurso que esta devacidaõ tem procd.º de que algumas fr.^{as} tenhaõ dado copias; destas tiraõ-se outras, e exahi vulgarizado hum brinco, q m.^{tas} vezes se naõ fez p.^a aparecer. Dado que este tenha sucđ.º q lhe has de tu já agora fazer? debes mostrar que sabendo que algumas peçoas abuzaraõ da tua confiança, te naõ queres expor a segundo abuzo: faze estabelescer esta doutrina, ainda entre as peçoas como nos naõ faltarã occasiaõ, em q fique natural, e como, tu mostres que naõ aprovas a devacidaõ, quazi que naõ importa, q a ouvesse, abonando a diferença p.^a o futuro, que reprova o effeito involuntario da tua confiança. Dilata o coraçom, na certeza de que a m.^a Amizade naõ he ma p.^a isto: eu espalharei as doutrinas, fazendo conduzir as couzas de modo q chegue a ser arguida de naõ mostrar as tuas composiçoens; para poder entaõ dizer o que julgo quererás que eu diga nesta materia» («Estremoz 31 de Janrº de 1771»). IAN-TT, Casa Fronteira Alorna, nº 222.

²⁴ «'Bachillera' o 'doctora', llamada en otros países 'femme savante', 'blue stocking', 'dottoressa' o 'letteraia', a la que se representaba como una mujer amante de demostrar su erudición, de brillar en las charlas de diletantes que hablaban de lo divino y lo humano y oponían a los sólidos saberes eruditos conocimientos adquiridos por la lectura de las obras de divulgación que circulaban sobre todas las materias». BOLUFER PERUGA, M., *Mujeres e ilustración. La construcción de la feminidad en la España del siglo XVIII*, València, Diputació de València, 1998, p. 146.

ambicionarem e terem na realidade conhecimentos que iam mui além das «utilidades domésticas»²⁵.

Existe ainda umha outra possibilidade para compreender as estratégias de ocultação desenvolvidas por estas mulheres nobres que pode servir para complementar o visto até aqui: precisamente pola sua própria condição social, nom é procurado um reconhecimento público para além dos seus pares, aqueles com quem som trocadas correspondência ou composições poéticas. A circulação dos textos de maneira restrita podia ainda contribuir para aumentar o capital simbólico das produtoras nobres, que desta maneira se diferenciavam de todos aqueles –designadamente procedentes das classes médias– que tinham acesso à imprensa num momento em que as «officinas», os livreiros e a atenção ao livro impresso prolifera em jornais e academias. Ou o que é o mesmo, num momento em que parece começar a consolidar-se um mercado literário mais ou menos autónomo e cada vez menos controlado desde a Corte.

Mas além de umha interpretação da perspectiva do género dos produtores, podemos também detectar diferenças quanto aos modos de circulação dos produtos em função dos repertórios estéticos escolhidos. Prestando atenção às estratégias desenvolvidas, de maneira geral, polos produtores no campo literário português do século XVIII é fácil ver que a publicação, particularmente de poesia, nom era umha prioridade. Simplesmente, de entre os nomes que tenham aparecido com frequência nos nossos trabalhos –a Condessa de Vimieiro, Leonor de Almeida, Joana Isabel Forjaz e António Dinis ou Cândido Lusitano e José António Correia Garção–, tendo escrito abundante poesia nom publicárom os seus poemas em vida. Nos últimos anos, por exemplo, tenham sido publicadas as obras completas de Francisco Joaquim Bingre em seis volumes. A imensa maioria destes textos tinham ficado manuscritos, mas isto nom impediu que Bingre fosse um dos agentes centrais na passagem do século XVIII para o XIX, como tem demonstrado a professora Vanda Anastácio. Impediu, no entanto, a sua entrada no cânone e que fosse recolhido pelas histórias da literatura.

Umha das características principais da Ilustração é a vontade de intervenção, que se traduz no planeamento de estratégias que optimizem os resultados dessa intervenção. Isto converte a divulgação num aspecto basilar da actuação dos ilustrados, mas, dadas as características da sociedade portuguesa setecentista (com baixos índices de alfabetização e umha burguesia ainda pouco consolidada como camada dirigente) e o elitismo de determinados grupos, a impressom nem sempre é a estratégia escolhida.

²⁵ «Este personaje familiar en la literatura de la época era algo más que el equivalente femenino del “erudito a la violeta” ... Venía a representar los usos del saber que se consideraban censurables en las mujeres, porque iban más allá de las utilidades domésticas y sociales que los ilustrados les reconocían o porque amenazaban el dominio que los hombres ejercían sobre la cultura». *Ibidem*.

É bem sabido que existiam canais alternativos para a distribuiçom de textos clandestinos manuscritos, que tenham sido estudados abundantemente na literatura francesa, e como o demonstra a existênciã de determinados volumes miscelâneos contendo textos satíricos ou políticos²⁶ que circulavam com relativa facilidade. Mas, embora tenhamos podido comprovar que a correspondência, por exemplo, funcionava como canal seguro (sob determinadas condiçõs como, por exemplo, a utilizaçom de almocreves) para o envio de livros²⁷ e manuscritos que se queriam difundir, mas nom imprimir, umhas vezes porque respondiam a intençõs que se pretendia que permanecessem ocultas, o que nos parece mais significativo nom é a difusom oculta de textos que pola sua natureza ideológica podiam causar problemas aos seus produtores, mas a utilizaçom voluntária da difusom em manuscrito sem que isto implique umha vontade de ocultaçom, mas simplesmente a utilizaçom de um canal mais barato, mais rápido, menos complexo porque nom obrigava a passar a tripla maquinária da censura, e efectivo para a difusom de repertórios e para a fabricaçom de umha trajectória e de uma imagem públicas.

Todos os agentes do campo das letras citados até aqui, e muitos outros, tinham como lugar prioritário de difusom dos seus textos e das suas ideias a rede de pessoas com quem se relacionavam e que lhes proporcionavam sustento ideológico, político e muitas vezes material. Era através dessa rede, e doutras redes interligadas que os repertórios que promoviam eram difundidos e era também através destas redes que cada um destes agentes se fazia um nome. Os campos culturais eram na Europa nesta altura círculos relativamente pequenos e endogâmicos, especialmente se nos referirmos aos seus núcleos centrais, os que se desenvolviam arredor da Corte. É evidente que fora das capitais existiam outros círculos, mas pola sua própria situaçom geográfica ocupavam posiçõs mais periféricas, e o seu funcionamento interno, de qualquer forma, era semelhante. Isto significa que os textos editados de forma anónima nom eram

²⁶ Por citarmos só alguns dos que temos consultado recentemente: *Collecção de Poesias Varias Grande parte dellas dignas de toda a estima: assim pela sua raridade; como pelos seus Auctores Tomo 2.º*, datado no ano 1792 e assinado com as iniciais J. B. d. C. d. Q.; a *Collecção De diversas obras curiozas De livros De varios entendimentos*, que contém textos diversos: cartas, discursos, descriçõs, conselhos, advertencias...; os *Panfletos políticos ao Duque de Lafões*, ou a *Collecção Prozaica de varios discursos sobre diversas materias, conforme o Index formalizado no fim deste volume Tomo= 3.º Junto tudo, e distribuído na ordem em q'. aqui se acha, e escripto Por Antonio Correya Vianna Lisboa: Anno 1784*.

²⁷ O correio servia para o envio de livros publicados, às vezes, também de circulaçom clandestina. Assim o indica Leonor de Almeida quando escreve para a sua amiga a Condessa de Vimieiro: «Com as tuas ordens mandarei os Livros que quizeres, e se eu ao menos pudesse fornecer-te de cá o secorro das novidades teria nisso grandissima consolaçã. Eu não tenho pressa de Livros quando tos quero imprestar, bem podes lêr como esse herói de que me falas. não sei se já saõ oras de mandar daqui segurá-los no correio, porque não devo dar esse descómodo ao Senhor D Joaõ. Se forem iraçã agora senaçã para o correio que vem» («[Chelas] 22 de Março de 1775»). Em ANASTÁCIO, *Cartas de Lília ...*, p. 99.

geralmente difíceis de atribuir e que, mesmo sem dar um único texto ao prelo, um produtor ou produtora podiam ter fama e prestígio dentro do campo. Os textos manuscritos, isto nom é nengumha novidade, circulavam dentro destas redes, eram copiados, lidos, extractados, parafraseados... em definitivo, eram difundidos.

Portanto, se nom estudarmos estes textos e as suas funções, se nom conhecermos os lugares e os modos de difusom, cometeremos o erro de obviar umha boa parte da produçom setecentista, atribuindo à sua menor importância o facto de terem ficado manuscritos. Estes, nom apenas os que recolhem textos de ficçom, mas também as correspondências ou as memórias, devem ser estudados nom apenas como elementos documentais da época, mas como parte integrante do campo das letras e até como umhas das plataformas principais de difusom de repertórios.